

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

# **Relatório da Administração Regulatório**

## ***Mensagem da Administração***

A Administração da Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S<sup>as</sup>. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2024, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Em 2024, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores.

O empreendimento é composto pela linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina e; linha de Transmissão Sarandi – Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte.

## ***Auditores Independentes***

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 e aos procedimentos previamente acordados sobre o Relatório de Controle Patrimonial (RCP), conforme requerimento da ANEEL.

## ***Encerramento e Agradecimentos***

A Administração da Companhia agradece a confiança de seus acionistas, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus colaboradores, destacando a elevada competência do seu corpo técnico próprio e de seus acionistas pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2024.

## **A Administração**

## ÍNDICE

Balanços patrimoniais .....	1
Demonstrações dos resultados.....	2
Demonstração do resultado abrangente .....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	6
 Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	
 1. Contexto operacional.....	7
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	8
3. Políticas contábeis regulatórias materiais .....	9
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador .....	15
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	15
6. Aplicações financeiras.....	15
7. Contas a receber – concessionárias e permissionárias .....	16
8. Imobilizado.....	19
9. Intangível.....	20
10. Fornecedores .....	21
11. Debêntures.....	23
12. Tributos e encargos sociais a recolher .....	23
13. Encargos regulatórios a recolher .....	24
14. Provisões .....	24
15. Patrimônio líquido .....	25
16. Receita operacional bruta .....	27
17. Pessoal e administradores.....	27
18. Resultado financeiro .....	28
19. Imposto de renda e contribuição social .....	29
20. Transações com partes relacionadas.....	30
21. Instrumentos financeiros .....	32
22. Seguros .....	33
23. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário .....	35
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	40

# Interligação Elétrica Ivaí S.A.

## Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Ativo	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.858	92.350
Aplicações financeiras	6	54.122	47.879
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	7	27.081	14.194
Tributos e contribuições a compensar	-	7.724	6.498
Partes relacionadas	20	860	860
Despesas pagas antecipadamente	-	218	275
		<b>215.863</b>	<b>162.056</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	7	810	29
Fundos vinculados	11.4	118.705	108.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	192.606	207.721
PIS e COFINS diferidos	-	1.537	1.422
Depósitos judiciais	-	3.402	3.237
		<b>317.060</b>	<b>320.557</b>
Imobilizado	8	1.737.361	1.826.383
Intangível	9	213.731	191.266
		<b>1.951.092</b>	<b>2.017.649</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.484.015</b>	<b>2.500.262</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A.

## Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2024	2023
<b>Passivo circulante</b>			
Arrendamento	-	186	129
Fornecedores	10	177.935	260.201
Debêntures	11	102.498	91.100
Tributos e encargos sociais a recolher	12	5.785	5.188
Encargos regulatórios a recolher	13	364	358
Partes relacionadas	20	2.091	2.344
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15 (b)	48.770	46.402
Obrigações trabalhistas	-	-	74
		<b>337.629</b>	<b>405.796</b>
<b>Não circulante</b>			
Arrendamento	-	657	542
Fornecedores	10	2.933	2.935
Debêntures	11	2.183.217	2.176.816
PIS e COFINS diferidos	-	3	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.829	-
Encargos regulatórios a recolher	13	2.360	1.158
Provisões	14	32.955	24.103
		<b>2.223.954</b>	<b>2.205.554</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15 (a)	315.000	315.000
Reservas e retenção de lucros	15 (c)	872.675	696.832
Lucros (prejuízos) excedentes da contabilidade societária	-	(1.265.243)	(1.122.920)
		<b>(77.568)</b>	<b>(111.088)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.484.015</b>	<b>2.500.262</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2024	2023
<b>Operações em continuidade</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	16	414.330	371.072
		<b>414.330</b>	<b>371.072</b>
<b>Tributos</b>			
PIS		(6.646)	(6.314)
COFINS		(30.612)	(29.081)
		<b>(37.258)</b>	<b>(35.395)</b>
<b>Encargos</b>			
Taxa de fiscalização de serviços de energia		(1.913)	(946)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(3.713)	(3.298)
		<b>(5.626)</b>	<b>(4.244)</b>
<b>Receita líquida</b>		<b>371.446</b>	<b>331.431</b>
<b>Custos e despesas</b>			
Pessoal		(3.092)	(3.638)
Material		(230)	(286)
Serviços de terceiros		(14.290)	(15.658)
Depreciação e amortização		(70.367)	(34.933)
Seguros		(451)	(412)
Arrendamento e aluguéis		(1.176)	(369)
Provisões para demandas judiciais		(1.139)	(29)
Tributos		(26)	(23)
Gastos diversos		(42)	(386)
Outras despesas operacionais		35.619	(49.293)
		<b>(55.194)</b>	<b>(105.027)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>316.252</b>	<b>226.406</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	18	35.005	27.753
Despesas financeiras	18	(238.092)	(223.068)
		<b>(203.087)</b>	<b>(195.315)</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>113.165</b>	<b>31.091</b>
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(7.931)	(12.993)
Diferido		(16.945)	2.507
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>88.289</b>	<b>20.605</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>0,28028</b>	<b>0,06541</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Lucro do exercício</b>	<b>88.289</b>	20.605
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>88.289</b>	<b>20.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

	<b>Nota</b>	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros a realizar</b>	<b>Retenção de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Lucros (prejuízos) excedentes da contabilidade societária</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>315.000</b>	<b>27.398</b>	-	<b>520.459</b>	-	<b>(948.148)</b>	<b>(85.291)</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.605	-	20.605
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	15 (c)	-	9.769	-	-	(9.769)	-	-
Constituição de retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	139.206	(139.206)	-	-
Ajustes/reclassificações societário vs regulatório		-	-	-	-	174.772	(174.772)	-
Dividendos obrigatórios	15 (b)	-	-	-	-	(46.402)	-	(46.402)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>315.000</b>	<b>37.167</b>	-	<b>659.665</b>	-	<b>(1.122.920)</b>	<b>(111.088)</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	88.289	-	88.289
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	15 (c)	-	11.531	-	-	(11.531)	-	-
Constituição de retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	21.988	(21.988)	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	15 (c)	-	-	142.324	-	(142.324)	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Ajustes/reclassificações societário vs regulatório		-	-	-	-	142.323	(142.323)	-
Dividendos obrigatórios	15 (b)	-	-	-	-	(14.769)	-	(14.769)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>315.000</b>	<b>48.698</b>	<b>142.324</b>	<b>681.653</b>	-	<b>(1.265.243)</b>	<b>(77.568)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2024	2023
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	88.289	20.605
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	70.367	34.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.945	(1.905)
PIS e COFINS diferidos	(112)	(1.422)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(36.496)	(26.816)
Juros sobre arrendamentos	(9)	-
Juros e variações monetárias sobre debêntures	237.025	222.197
	<b>376.009</b>	<b>247.592</b>
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	(13.668)	14.131
Tributos e contribuições a compensar	(1.226)	4.159
Partes relacionadas	-	(702)
Cauções e depósitos vinculados	(165)	(252)
Outros ativos	57	139
	<b>(15.002)</b>	<b>17.475</b>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(82.268)	206.321
Partes relacionadas	(253)	1.302
Tributos e encargos sociais a recolher	40.360	37.919
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.763)	(36.130)
Imposto de renda e contribuição social pagos sobre JSCP	(6.000)	-
Encargos regulatórios a recolher	1.208	1.126
Obrigações trabalhistas	(74)	(178)
Provisões	8.852	12.443
	<b>(77.938)</b>	<b>222.803</b>
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>283.069</b>	<b>487.870</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	30.253	107.591
Fundos vinculados	(10.557)	(108.148)
Imobilizado (nota 8)	(3.409)	(182.852)
Intangível (nota 9)	(71)	(15.743)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>16.216</b>	<b>(199.152)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Amortização do principal das debêntures	(100.911)	(96.656)
Pagamento de encargos de dívidas	(118.315)	(117.623)
Dividendos pagos	(46.402)	-
Pagamentos de arrendamento	(149)	(437)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(265.777)</b>	<b>(214.716)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33.508</b>	<b>74.002</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	92.350	18.348
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	125.858	92.350
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33.508</b>	<b>74.002</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## 1. Contexto operacional

### 1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela ISA ENERGIA BRASIL ( “ISA ENERGIA”), anteriormente denominada CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), constituída em 17 de maio de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, 5º andar , Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, a provisão de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R\$121.766 (R\$243.740 em 31 de dezembro de 2023), que reflete os investimentos no projeto, que se encontra em fase de operação comercial. Com base nas projeções feitas pela Companhia para o projeto, a Administração comprehende que o projeto será lucrativo, e que o efeito negativo será compensado com o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP) e desta forma, realizar o cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### 1.2 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R\$ mil	Mês base
022/2017	30	11.08.47	5 anos	2028	IPCA	356.179	06/24

#### Contrato nº 22/2017

Composto por: (i) Linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; (ii) Novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e com unidade reserva; (iii) Linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; (iv) Novo pátio 525 kV na SE Sarandi, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e unidade reserva; (v) Linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; (vi) Linha de Transmissão Sarandi – Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte; (vii) Nova Subestação 230/138 kV Paranavaí Norte, com unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva; (viii) Módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de reatores e de bancos de capacitores, entradas de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio. O empreendimento estava previsto para entrada em operação comercial no dia 11 de agosto de 2022.

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

Em 09 de novembro de 2022, foram emitidos pelo Operador Nacional do Sistema os Termos de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial da: Linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; Linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; Linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Foz do Iguaçu; Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Sarandi, Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Guaíra e o Termo de Liberação Definitivo do Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Londrina.

Em 02 de dezembro de 2022, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial das transformações 525/230 kV – SE Sarandi, 6 x 224 MVA.

Em 23 de janeiro de 2023, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial do Módulo Geral da SE Paranavaí Norte 230kV, das unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva e do banco de capacitor 138kV de 30MVAr. Em 26 de janeiro de 2023, emitido Termo de Liberação Provisório da Linha de Transmissão Sarandi – Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte.

Quanto ao novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA iniciou a operação comercial em 01 de maio de 2023, enquanto a Unidade de Transformação reserva 525/230 kV – 224 MVA do novo pátio da SE Sarandi iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2023.

Em 03 de março de 2024, as obras de implantação do empreendimento da Companhia foram finalizadas, sendo solicitado ao Operador Nacional do Sistema, a emissão do Termo de Liberação Definitivo – TLD, sendo esse emitido pelo órgão em 05 de março de 2024.

## **2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **2.1 Bases de elaboração e apresentação**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são distintas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

### **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido;
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14);
- Constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

## **3 Políticas contábeis regulatórias materiais**

### **3.1 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando a ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

### **3.2 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferido**

São apurados com base no regime de lucro real observando-se as alíquotas vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro real a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### **3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita**

#### **(a) Impostos sobre serviços**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## **(b) Encargos setoriais**

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

### **(i) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13).

### **(ii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

## **3.4 Instrumentos financeiros**

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

## **(a) Ativos financeiros**

### **(i) Classificação e mensuração**

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

## **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)**

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

### **(ii) Baixa de ativos financeiros**

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

## **(b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

### **3.4 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 16), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

### **3.5 Imobilizado em serviço e em curso**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

### 3.6 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

### 3.7 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso.

#### A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- *Arrendatário*

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## **• Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

## **• Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## **3.8 Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

## **3.9 Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

## **3.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 14 (a).

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## **3.11 Dividendos**

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido societário do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

## **3.12 Segmento de negócio**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

## **3.13 Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

## **4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador**

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019:

- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de fíndo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa e bancos	201	1.781
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	125.657	90.569
	<b><u>125.858</u></b>	<b><u>92.350</u></b>

- (i) A rentabilidade média de 2024 da carteira de Certificado de Depósito Bancário (CDB) em CDI foi de 100,9% (102,2% em 2023).

## 6 Aplicações financeiras

	<b>% do CDI</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Fundos de Investimento e outras aplicações (a)	106,2%	54.122	47.879
		<b><u>54.122</u></b>	<b><u>47.879</u></b>

- (a) Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora ISA ENERGIA BRASIL e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

## 7 Contas a receber – concessionárias e permissionárias

	<b>Corrente vencida</b>					<b>2024</b>	<b>2023</b>
	<b>Corrente a vencer</b>	<b>Até 90 dias</b>	<b>De 91 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>Mais de 360 dias</b>		
<b>Transmissão de Energia</b>							
Encargos de uso da Rede Elétrica	22.737	3.199	786	298	871	27.891	14.223
	<b><u>22.737</u></b>	<b><u>3.199</u></b>	<b><u>786</u></b>	<b><u>298</u></b>	<b><u>871</u></b>	<b><u>27.891</u></b>	<b><u>14.223</u></b>

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, para as contas a receber que não possuem referidas garantias e que, após análise da Administração apresentaram expectativa de perdas, foi constituída em 2024, perda esperada para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$456.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

## 8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

### a) Ativo imobilizado em serviço

	Custo em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2024	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação acum.	Saldo em 2024	Saldo em 2023
<b>Transmissão</b>									
Terrenos	-	-	-	13.896	13.896	13.896	-	13.896	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	16.193	16.193	16.193	(1.214)	14.979	-
Máquinas e equipamentos (*)	<u>1.860.336</u>	-	-	(74.382)	<u>1.785.954</u>	(74.382)	(102.843)	<u>1.683.111</u>	<u>1.825.610</u>
<b>Administração</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.057	329	-	-	1.386	329	(578)	808	676
Máquinas e equipamentos	180	-	-	6.346	6.526	6.346	(921)	5.605	97
<b>Subtotal</b>	<b><u>1.861.573</u></b>	<b>329</b>	<b>-</b>	<b>(37.947)</b>	<b><u>1.823.955</u></b>	<b>(37.618)</b>	<b>(105.556)</b>	<b><u>1.718.399</u></b>	<b><u>1.826.383</u></b>

### b) Ativo imobilizado em curso

	Custo em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2024	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação acum.	Saldo em 2024	Saldo em 2023
<b>Transmissão</b>									
Outros	-	-	-	15.518	15.518	15.518	-	15.518	-
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	-	3.409	-	35	3.444	3.444	-	3.444	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>3.409</b>	<b>-</b>	<b>15.553</b>	<b>18.962</b>	<b>18.962</b>	<b>-</b>	<b>18.962</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b><u>1.861.573</u></b>	<b><u>3.738</u></b>	<b>-</b>	<b>(22.394)</b>	<b><u>1.842.917</u></b>	<b>(18.656)</b>	<b>(105.556)</b>	<b><u>1.737.361</u></b>	<b><u>1.826.383</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(\*) A Companhia está em processo de conclusão da unitização dentro do prazo estabelecido pela ANEEL e após a conclusão do processo, os valores serão segregados nas demais linhas do ativo imobilizado.

## c) Taxas anuais de depreciação do imobilizado em Serviço

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024		2023		
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo	
<b>Em Serviço</b>						
<b>Transmissão</b>						
Terrenos	-	13.896	-	13.896	-	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,58%	16.193	(1.214)	14.979	-	
Máquinas e equipamentos	3,01%	<u>1.785.954</u>	<u>(102.843)</u>	<u>1.683.111</u>	<u>1.825.610</u>	
<b>Administração</b>						
Edificações, obras civis e benfeitorias	15,53%	1.386	(578)	808	676	
Máquinas e equipamentos	7,38%	<u>6.526</u>	<u>(921)</u>	<u>5.605</u>	<u>97</u>	
		<u><u>1.823.955</u></u>	<u><u>(105.556)</u></u>	<u><u>1.718.399</u></u>	<u><u>1.826.383</u></u>	
<b>Em Curso</b>						
Transmissão	-	15.518	-	15.518	-	
Administração	-	<u>3.444</u>	<u>-</u>	<u>3.444</u>	<u>-</u>	
		<u><u>18.962</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>18.962</u></u>	<u><u>-</u></u>	
		<u><u>1.842.917</u></u>	<u><u>(105.556)</u></u>	<u><u>1.737.361</u></u>	<u><u>1.826.383</u></u>	

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## d) Composição das adições do imobilizado em Curso

	<b>Material / equipamentos</b>	<b>Serviços de terceiros</b>	<b>Outros gastos</b>	<b>Total</b>
Máquinas e equipamentos	3.409	-	-	3.409
<b>Total das adições</b>	<b>3.409</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.409</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

## 9 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

### a) Ativo intangível em Serviço

	Custo em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação acum.	Saldo em 2024	Saldo em 2023
<b>Transmissão</b>									
Servidões	191.266	-	-	22.394	213.660	22.394	-	213.660	191.266
<b>Administração</b>									
Softwares	192	-	-	-	192	-	(192)	-	-
	<b>191.458</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.394</b>	<b>213.852</b>	<b>22.394</b>	<b>(192)</b>	<b>213.660</b>	<b>191.266</b>

### b) Ativo intangível em Curso

	Custo em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação acum.	Saldo em 2024	Saldo em 2023
<b>Transmissão</b>									
Outros	-	71	-	-	71	71	-	71	-
	<b>-</b>	<b>71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71</b>	<b>71</b>	<b>-</b>	<b>71</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>191.458</b>	<b>71</b>	<b>-</b>	<b>22.394</b>	<b>213.923</b>	<b>22.465</b>	<b>(192)</b>	<b>213.731</b>	<b>191.266</b>

### c) Taxas anuais de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização acumulada	Saldo	2024	2023
<b>Em Serviço</b>						
<b>Transmissão</b>						
Servidões		213.660	-	213.660	191.266	
<b>Administração</b>						
Softwares	20	192	(192)	-	-	-
		<b>213.852</b>	<b>(192)</b>	<b>213.660</b>	<b>191.266</b>	
<b>Em Curso</b>						
Transmissão		71	-	71	-	-
		<b>71</b>	<b>-</b>	<b>71</b>	<b>-</b>	
		<b>213.923</b>	<b>(192)</b>	<b>213.731</b>	<b>191.266</b>	

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## **d) Composição das adições do intangível em Curso**

	<u>Serviços de terceiros</u>	<u>Total</u>
Software	<u>71</u>	<u>71</u>
<b>Total das adições</b>	<b><u>71</u></b>	<b><u>71</u></b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## **10 Fornecedores**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$180.868 (R\$263.136 em 31 de dezembro de 2023) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à manutenção da Linha de Transmissão.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

## 11 Debêntures

### 11.1 Composição do saldo de debêntures

Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo	Adimplente	Data da captação/ repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data do próximo pgto de juros	Frequência de pgto de juros	Data da próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
Moeda nacional	-	<u>102.498</u>	<u>2.183.217</u>	<u>2.285.715</u>										
Debêntures 1ª emissão	-	102.498	2.183.217	2.285.715	Sim	dez/19	Recebíveis	IPCA	5,00%	15/06/2025	Semestral	15/06/2025	15/12/1943	Semestral Percentual

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## 11.2 Vencimento das parcelas

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030+</u>	<u>Total</u>
<b>Moeda nacional</b>	<b>102.498</b>	<b>102.795</b>	<b>109.457</b>	<b>109.756</b>	<b>110.054</b>	<b>1.751.155</b>	<b>2.285.715</b>
Debêntures 1ª emissão	102.498	102.795	109.457	109.756	110.054	1.751.155	2.285.715

## 11.3 Movimentação das debêntures

<b>Saldos em 2022</b>	<u><b>2.259.998</b></u>
Custos de Transação	6.343
Pagamentos de principal	(96.656)
Pagamentos de juros	(117.624)
Juros e variações monetárias	<u>215.855</u>
<b>Saldos em 2023</b>	<u><b>2.267.916</b></u>
Custos de Transação	6.063
Pagamentos de principal	(100.911)
Pagamentos de juros	(118.315)
Juros e variações monetárias	<u>230.962</u>
<b>Saldos em 2024</b>	<u><b>2.285.715</b></u>

As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, e o processo de emissão ocorreu conforme Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. Houve dispensa de registro de distribuição na CVM.

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2024, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“covenants financeiros e não financeiros”) da Companhia.

## 11.4 Fundos vinculados

Até o vencimento final das debêntures a Companhia deve manter em conta reserva o valor mínimo equivalente a 100% (cem por cento) do valor da próxima amortização e pagamento de juros. Em 31/12/2024 o saldo é de R\$ 118.705 (R\$108.148 em 2023).

## 11.5 Composição dos ativos financeiros

	<b>Principal curto prazo</b>	<b>Saldo total em 2024</b>
Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	179.980	179.980
Fundos vinculados	118.705	118.705
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>298.685</b>	<b>298.685</b>

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

## 11.6 Composição do endividamento e dívida líquida

	<b>Principal curto prazo</b>	<b>Principal + LP</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Dívida bruta				
Moeda nacional	102.498	2.183.217	2.285.715	2.267.916
Ativos financeiros			(298.685)	(248.377)
<b>Dívida líquida</b>			<b>1.987.030</b>	<b>2.019.539</b>

## 12 Tributos e encargos sociais a recolher

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Imposto de renda	247	34
Contribuição social	1.775	981
COFINS	2.579	2.630
PIS	552	565
INSS	46	240
ISS	22	27
ICMS	544	671
FGTS	-	1
Outros	20	39
	<b>5.785</b>	<b>5.188</b>

## 13 Encargos regulatórios a recolher

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.724	1.516
	<b>2.724</b>	<b>1.516</b>
Circulante	364	358
Não circulante	2.360	1.158

- (i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## **14 Provisões**

### **(a) Provisão para demandas judiciais**

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2024, há ações judiciais, de natureza cível-fundiária, com probabilidade de perda provável no montante de R\$32.955 (R\$24.103 em 31 de dezembro de 2023).

### **(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como perda possível, para a qual não constitui provisão, sendo uma de natureza ambiental no valor de R\$29, duas cíveis no valor de R\$60, 137 de natureza cível-fundiária no valor de R\$637, uma cível-regulatório sem valor envolvido, 318 trabalhistas no montante de R\$13.388 e duas tributárias no valor de R\$439, totalizando de R\$14.553 (R\$7.098 em 31 de dezembro de 2023).

## **15 Patrimônio líquido**

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 28 de março de 2025 e disponibilizadas em 31 de março de 2025.

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico determina que a constituição das referidas reservas deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

### **(a) Capital social**

O capital social autorizado da Companhia em 2024 e 2023 é de 480.000.000 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Em 2024 e 2023, a composição do capital social autorizado totaliza R\$480.000 e o capital social integralizado R\$315.000 (R\$315.000 em 31 de dezembro de 2023), representados por ações ordinárias e possui a seguinte composição acionária:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
ISA – ISA ENERGIA BRASIL	157.500	50	157.500	50
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	157.500	50	157.500	50
	<b>315.000</b>	<b>100</b>	<b>315.000</b>	<b>100</b>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

## (b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo do lucro líquido, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% do lucro líquido societário do exercício como dividendo mínimo obrigatório.

## (c) Reservas e retenção de lucros

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Reserva legal (i)	48.698	37.167
Retenção de lucros (ii)	681.653	659.665
Reserva de lucros a realizar (iii)	<u>142.324</u>	-
	<b><u>872.675</u></b>	<b><u>696.832</u></b>

### (i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

### (ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76.

### (iii) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de lucros a realizar contempla os impactos de valores a receber do Ativo de Concessão decorrentes de ajustes da aplicação do ICPC01 (R1) e adoção do CPC 47, uma vez que não compõem parcela realizada do lucro líquido do exercício. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, a Companhia destinará seu saldo, conforme deliberação em Assembleia de Acionistas.

## 16 Receita operacional bruta

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receita bruta</b>		
Rede básica	414.330	371.072
	<b><u>414.330</u></b>	<b><u>371.072</u></b>

### 16.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia estão descritas na nota 1.2.

### 16.2 Parcada Variável – PV, adicional à RAP e Parcada de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcada Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcada Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcada de Ajuste (PA) é a parcada de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

### 16.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.348, publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 24/25			
	REH 3.216	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.348	PA
IPCA	375.853	14.756	-	(12.019)	378.590	(22.411)

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2024	Total 2023
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
022/2017	-	375.021	(22.298)	-	3.569	(113)	356.179	351.800
	<u>                </u>	<u>375.021</u>	<u>(22.298)</u>	<u>                </u>	<u>3.569</u>	<u>(113)</u>	<u>356.179</u>	<u>351.800</u>

## 17 Pessoal e administradores

	2024	2023
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	14	397
Encargos	33	278
Bônus por desempenho	-	604
Rateio partes relacionadas	3.038	1.994
Outros benefícios - corrente	<u>7</u>	<u>56</u>
	<u>3.092</u>	<u>3.329</u>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos	<u>-</u>	<u>309</u>
	<u>-</u>	<u>309</u>
	<u>3.092</u>	<u>3.638</u>

Em 2024 e 2023, a remuneração dos administradores e colaboradores passou a ser paga pela Controladora ISA ENERGIA BRASIL.

## 18 Resultado financeiro

	2024	2023
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	35.003	27.752
Variações Monetárias	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>35.005</u>	<u>27.753</u>
<b>Despesas</b>		
Encargos sobre debêntures	(124.401)	(128.413)
Variações monetárias	(112.646)	(93.785)
Comissões e taxas	(674)	(673)
Imposto sobre operações financeiras	(34)	(66)
Outras	<u>(337)</u>	<u>(131)</u>
	<u>(238.092)</u>	<u>(223.068)</u>
	<u><b>(203.087)</b></u>	<u><b>(195.315)</b></u>

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

## **19 Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia adota o regime do lucro real estimativa mensal. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

O imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$7.931 (R\$12.993 em 2023) que representa o valor efetivamente recolhido à Receita Federal no exercício de 2024.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

20

## Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2024			2023		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Aimorés	345	-	345	345	-	345
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Paraguaçu	515	-	515	515	-	515
Sublocação (b)	ISA ENERGIA BRASIL	-	152	(3.379)	-	724	(2.940)
Compartilhamento de recursos humanos (c)	ISA ENERGIA BRASIL	-	997	-	-	-	-
Prestação de serviços (d)	ISA ENERGIA BRASIL	-	942	(11.257)	-	1.620	(11.318)
Dividendos/juros sobre capital próprio	ISA ENERGIA BRASIL	-	24.385	-	-	23.201	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	TAESA	-	24.385	-	-	-	-
		<b>860</b>	<b>50.861</b>	<b>(13.776)</b>	<b>860</b>	<b>48.746</b>	<b>(13.398)</b>

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

- a) Em 13 de dezembro de 2018 foi encaminhada à ANEEL, conforme determina a Resolução Normativa nº 699/16, a solicitação de anuência prévia para o contrato de compartilhamento de recursos humanos entre a Companhia e suas partes relacionadas: (i) Interligação Elétrica Aimorés S.A. e (ii) Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. O pleito teve por objetivo o rateio dos gastos com pessoal de maneira proporcional à Receita Anual Permitida - RAP ajustada de cada Companhia. O pleito foi aprovado pela ANEEL por meio do despacho nº 578 de 25 de fevereiro de 2019 e segue vigente.
- b) A partir da Nota Técnica nº 114/2018-SFF ANEEL de 9 de julho de 2018, foi anuído o direito da ISA ENERGIA BRASIL em compartilhar as despesas com TI e os gastos condominiais do edifício sede. A Companhia fisicamente está localizada no edifício sede da controladora em conjunto ISA ENERGIA BRASIL e, como previsto na NT nº114/2018, passou a compartilhar dos custos condominiais calculados com base na área ocupada; já para os gastos com TI o compartilhamento ocorre pela quantidade de usuários.
- c) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a ISA ENERGIA BRASIL.
- d) A Controladora ISA ENERGIA BRASIL presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

## Remuneração dos administradores

Em 2024 e 2023, a remuneração dos administradores foi paga pela ISA ENERGIA BRASIL.

## 21 Instrumentos financeiros

### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Ativos financeiros</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa	1	125.858	92.350
Aplicações financeiras	2	54.122	47.879
Caixa restrito	2	118.705	108.148
<b>Custo amortizado</b>			
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias		27.891	14.223
Partes relacionadas		860	860
Depósitos judiciais		3.402	3.237
<b>Passivos financeiros</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Debêntures (*)	-	2.285.715	2.267.916
Fornecedores	-	180.868	263.136
Partes relacionadas	-	2.091	2.344
Arrendamentos		843	671
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		48.770	46.402

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

(\*) Os valores justos estimados das debêntures foram calculados considerando as cotações da taxa futura de juros (curva Pré-DI) e as projeções FOCUS de inflação (IPCA). Os fluxos da dívida foram desenhados até o vencimento e trazidos a valor presente pela taxa de juros futuros (curva Pré-DI).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

### (b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 1.2).
- (iii) Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do IPCA DI (nota 11).
- (iv) Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros e arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2024 por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>2024</b>
Passivos Financeiros						<b>Total</b>
Fornecedores	3.239	4.565	148	51.735	-	59.687
Debêntures	-	-	245.394	1.375.605	5.297.146	6.918.145
Arrendamento	16	49	121	657	-	843
	<b>3.255</b>	<b>4.614</b>	<b>245.663</b>	<b>1.427.997</b>	<b>5.297.146</b>	<b>6.978.675</b>

## (c) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes adotado pela Companhia na data das demonstrações financeiras.

Operação	Risco	Saldos em 2024	Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro			
			Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
			Cenário Base	Cenário I – 25%	Cenário II – 50%	Cenário I – 25%
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	CDI	179.980	6.874	8.215	9.527	5.504
<b>Passivos financeiros</b>						
Debêntures	IPCA	2.285.715	53.823	62.419	69.075	48.933
						42.102

## 22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada - R\$ mil</b>	<b>Prêmio - R\$ mil</b>
Patrimonial (a)	19/12/24 a 19/12/25	371.000	392
			<b>392</b>

# **Interligação Elétrica Ivaí S.A**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

- (a) Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## **23 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as práticas societárias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

Ativo	2024			2023		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	125.858	-	125.858	92.350	-	92.350
Aplicações financeiras	54.122	-	54.122	47.879	-	47.879
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	27.081	(27.081)	-	14.194	(14.194)	-
Ativo da Concessão	-	346.636	346.636	-	331.207	331.207
Tributos e contribuições a compensar	7.724	-	7.724	6.498	-	6.498
Partes relacionadas	860	-	860	860	-	860
Despesas antecipadas	218	-	218	275	-	275
	<b>215.863</b>	<b>319.555</b>	<b>535.418</b>	<b>162.056</b>	<b>317.013</b>	<b>479.069</b>
<b>Não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	810	(810)	-	29	(29)	-
Fundos vinculados	118.705	-	118.705	108.148	-	108.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	192.606	(192.606)	-	207.721	(207.721)	-
PIS e COFINS diferidos	1.537	(1.537)	-	1.422	(1.422)	-
Ativo da Concessão	-	3.905.710	3.905.710	-	3.777.644	3.777.644
Estoques	-	-	-	-	35	35
Depósitos judiciais	3.402	-	3.402	3.237	-	3.237
	<b>317.060</b>	<b>3.710.757</b>	<b>4.027.817</b>	<b>320.557</b>	<b>3.568.507</b>	<b>3.889.064</b>
Imobilizado	1.737.361	(1.733.219)	4.142	1.826.383	(1.825.610)	773
Intangível	213.731	(213.661)	70	191.266	(191.266)	-
	<b>1.951.092</b>	<b>(1.946.880)</b>	<b>4.212</b>	<b>2.017.649</b>	<b>(2.016.876)</b>	<b>773</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.484.015</b>	<b>2.083.432</b>	<b>4.567.447</b>	<b>2.500.262</b>	<b>1.868.644</b>	<b>4.368.906</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

Passivo	2024			2023		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
<b>Circulante</b>						
Arrendamentos	186		186	129	-	129
Fornecedores	177.935	-	177.935	260.201	-	260.201
Debêntures	102.498	-	102.498	91.100	-	91.100
Tributos e encargos sociais a recolher	5.785	-	5.785	5.188	-	5.188
Encargos regulatórios a recolher	364	-	364	358	-	358
Partes relacionadas	2.091	-	2.091	2.344	-	2.344
Dividendos a pagar	48.770	-	48.770	46.402	-	46.402
Obrigações trabalhistas	-	-	-	74	-	74
	<b>337.629</b>	<b>-</b>	<b>337.629</b>	<b>405.796</b>	<b>-</b>	<b>405.796</b>
<b>Não circulante</b>						
Exigível a longo prazo						
Arrendamentos	657	-	657	542	-	542
Fornecedores	2.933	-	2.933	2.935	-	2.935
Debêntures	2.183.217	-	2.183.217	2.176.816	-	2.176.816
Encargos regulatórios a recolher	2.360	-	2.360	1.158	-	1.158
PIS e COFINS diferidos	3	389.221	389.224	-	376.257	376.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.829	428.968	430.797	-	369.467	369.467
Provisões	32.955	-	32.955	24.103	-	24.103
	<b>2.223.954</b>	<b>818.189</b>	<b>3.042.143</b>	<b>2.205.554</b>	<b>745.724</b>	<b>2.951.278</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	315.000	-	315.000	315.000	-	315.000
Reservas de lucros	872.675	-	872.675	696.832	-	696.832
Lucros (prejuízos) excedentes da contabilidade societária	(1.265.243)	1.265.243	-	(1.122.920)	1.122.920	-
	<b>(77.568)</b>	<b>1.265.243</b>	<b>1.187.675</b>	<b>(111.088)</b>	<b>1.122.920</b>	<b>1.011.832</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>2.484.015</b>	<b>2.083.432</b>	<b>4.567.447</b>	<b>2.500.262</b>	<b>1.868.644</b>	<b>4.368.906</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

	2024			2023		
	Regulatório	Reclassificação/Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/Ajustes	Societário
<b>Operação em continuidade</b>						
Disponibilidade do sistema de transmissão	414.330	165.354	579.684	371.072	575.294	946.366
	<b>414.330</b>	<b>165.354</b>	<b>579.684</b>	<b>371.072</b>	<b>575.294</b>	<b>946.366</b>
<b>Tributos</b>						
PIS	(6.646)	(2.132)	(8.778)	(6.314)	(9.301)	(15.615)
COFINS	(30.612)	(9.822)	(40.434)	(29.081)	(42.843)	(71.924)
	<b>(37.258)</b>	<b>(11.954)</b>	<b>(49.212)</b>	<b>(35.395)</b>	<b>(52.144)</b>	<b>(87.539)</b>
<b>Encargos</b>						
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.913)	-	(1.913)	(946)	-	(946)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(3.713)	-	(3.713)	(3.298)	-	(3.298)
	<b>(5.626)</b>	<b>-</b>	<b>(5.626)</b>	<b>(4.244)</b>	<b>-</b>	<b>(4.244)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>371.446</b>	<b>153.400</b>	<b>524.846</b>	<b>331.433</b>	<b>523.150</b>	<b>854.583</b>
<b>Custos e despesas</b>						
Custos dos serviços de construção e operação e manutenção	-	(14.084)	(14.084)	-	(264.226)	(264.226)
Pessoal	(3.092)	-	(3.092)	(3.638)	-	(3.638)
Material	(230)	227	(3)	(286)	148	(138)
Serviços de terceiros	(14.290)	13.143	(1.147)	(15.658)	15.179	(479)
Provisão para demandas judiciais	(1.139)	(1.136)	(2.275)	(29)	-	(29)
Depreciação e amortização	(70.367)	70.145	(222)	(34.933)	34.726	(207)
Arrendamento e aluguéis	(1.176)	1.172	(4)	(369)	5	(364)
Seguros	(451)	451	-	(412)	412	-
Tributos	(26)	-	(26)	(23)	-	(23)
Gastos diversos	(42)	42	-	(386)	386	-
Outras receitas operacionais	-	(54)	(54)	-	1	1
Outras despesas operacionais	35.619	(36.598)	(979)	(49.293)	(46.067)	(95.360)
	<b>(55.194)</b>	<b>33.308</b>	<b>(21.886)</b>	<b>(105.027)</b>	<b>(259.436)</b>	<b>(364.463)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

	2024			2023		
	Regulatório	Reclassificação/Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/Ajustes	Societário
<b>(continuação)</b>						
<b>Resultado da atividade</b>	<b>316.252</b>	<b>186.708</b>	<b>502.960</b>	<b>226.406</b>	<b>263.714</b>	<b>490.120</b>
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	35.005	-	35.005	27.753	-	27.753
Despesas financeiras	(238.092)	-	(238.092)	(223.068)	-	(223.068)
	<b>(203.087)</b>	<b>-</b>	<b>(203.087)</b>	<b>(195.315)</b>	<b>-</b>	<b>(195.315)</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>113.165</b>	<b>186.708</b>	<b>299.873</b>	<b>31.091</b>	<b>263.714</b>	<b>294.805</b>
Despesas com Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(7.931)	-	(7.931)	(12.993)	-	(12.993)
Diferido	(16.945)	(44.385)	(61.330)	2.507	(88.942)	(86.435)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>88.289</b>	<b>142.323</b>	<b>230.612</b>	<b>20.605</b>	<b>174.772</b>	<b>195.377</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 23.1 Contrato de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

#### (a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação dela. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 5 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

#### (b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

# Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

## 23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC 01 (R1) e CPC 47.

## 23.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

## 23.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>1.187.675</b>	<b>1.011.832</b>
Ativo de contrato de concessão (CPC 47) (*)	(4.224.455)	(4.094.663)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	1.946.880	2.016.876
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	621.574	577.188
Tributos diferidos – PIS e COFINS (CPC 47)	390.758	377.679
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>(77.568)</b>	<b>(111.088)</b>

(\*) considera as rubricas do ativo da concessão, contas a receber – concessionárias e permissionárias e estoques.

## 23.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Lucro societário do exercício</b>	<b>230.612</b>	<b>195.377</b>
Receita bruta (CPC 47)	(165.354)	(575.294)
Tributos e encargos – PIS e COFINS (CPC 47)	11.954	52.144
Depreciação e amortização (CPC 47)	(70.145)	(34.726)
Custos operacionais (CPC 47)	36.837	294.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	44.385	88.942
<b>Lucro (prejuízo) regulatório do exercício</b>	<b>88.289</b>	<b>20.605</b>

\*\*\*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Interligação Elétrica Ivaí S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Ivaí S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

## Outros assuntos

### *Demonstrações financeiras societárias*

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, sem ressalvas, separado, com data de 28 de março de 2025.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Renato Vieira Lima  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5